

CÔMODO E A DIFÍCIL TAREFA DE SUBSTITUIR MARCO AURÉLIO: PODER E LEGITIMIDADE*

Ana Teresa Marques Gonçalves**

Resumo:

*A partir de uma análise das obras **História do Império Romano Após Marco Aurélio** de Herodiano e **História Romana** de Dion Cássio, propomo-nos a analisar a forma como estes dois autores apresentaram o governo de Cômodo. No Império Romano, cada soberano que ascendia ao poder era obrigado a refazer os pactos provinciais, as relações de patronato e amicitia com as ordens senatorial e equestre, com os homens em armas e com os membros da plebe. Cada imperador tinha que restabelecer a ordem, garantir a abundância e conquistar autoridade. Mesmo os que sucederam soberanos considerados bons imperadores, como Marco Aurélio, tiveram que reorganizar suas alianças políticas para poderem governar. Pretendemos demonstrar isso analisando o governo de Cômodo, filho e herdeiro de Marco.*

Palavras-chave: *Império Romano; poder; Cômodo; Marco Aurélio; sucessão.*

O assunto da obra de Herodiano se estende dos últimos atos do imperador Marco Aurélio, antes de sua morte em 180 d.C., à ascensão de Gordiano III em 238 d.C. Assim, a narrativa da **História do Império Romano Após Marco Aurélio** abarca 58 anos do Império Romano, estendendo-se do governo de um *Optimus Princeps* até o governo de um *Princeps Puer*. O autor era muito criança quando os fatos que ele narra no primeiro capítulo ocorreram, já que aceitamos 180 d.C. como a data provável de seu nascimento. Cômodo, cujo governo também é relatado no

* Recebido em 03/11/11 e aprovado em 01/03/12.

** Professora associada de História Antiga e Medieval na UFG. Doutora em História pela USP. Bolsista Produtividade do CNPq. Contato: anteresa@terra.com.br

primeiro capítulo, só governou até 192 d.C., o que nos leva a supor que este primeiro capítulo funcionaria como um preâmbulo para a obra. Seria um espaço narrativo no qual o autor discrimina os princípios que fundamentam a construção da obra em questão e relata fatos importantes para a compreensão do que viria a ser exposto a seguir, utilizando-se para tanto de testemunhos secundários.

Marco Aurélio é apresentado como o *Optimus Princeps* por excelência, o último bom imperador, cujo comportamento serviu de modelo e de critério de comparação para os príncipes posteriores. Em várias passagens, Herodiano enfatiza a imitação que alguns governantes diziam fazer da figura idealizada de Marco. Vejamos algumas: “Dava prazer aos mais velhos recordar o Império de Marco, cuja imitação (Pertinax) procurava” (HERODIANO. **História do Império Romano Após Marco Aurélio** II, 4, 2); “(Severo) tudo faria para imitar o Império de Marco” (HERODIANO. **História do Império Romano Após Marco Aurélio** II, 14, 3); “Desde o governo de Marco nenhum imperador tinha observado a clemência” (HERODIANO. **História do Império Romano Após Marco Aurélio** VI, 1, 7):

Com estas posturas, (Macrino) tratava de imitar, seguramente, os hábitos de Marco, mas nos restantes aspectos de sua vida não o imitava, mas ao contrário, se abandonava continuamente a uma vida de moleza (...), descuidando da administração do Estado. (HERODIANO. **História do Império Romano Após Marco Aurélio** V, 2, 4)

Essas posturas às quais Herodiano se refere eram alguns cuidados corporais adotados por Macrino, como o cultivo de uma barba, a marca dos filósofos; o andar pausado e a voz baixa, sinais de um temperamento tranquilo. Macrino buscava, dessa forma, expressar por ações corporais o fato de pretender uma postura parecida com a de Marco Aurélio nos assuntos privados e nos públicos.

Num discurso proferido por Septímio Severo aos soldados, incitando-os a combater as tropas de Pescênio Nígro, encontra-se a melhor demonstração de que, para Herodiano, após o governo de Marco Aurélio o Império Romano havia mergulhado num período absolutamente conturbado:

Este Império foi governado com dignidade até a época de Marco, e era admirado com respeito. Quando caiu nas mãos de Cômodo

começaram os erros, imputáveis à sua juventude, mas em todo o caso foram ocultados pela sua nobre origem e pela memória de seu pai. Seus erros inspiravam mais compaixão do que ódio, pois eram atribuídos não a si, mas aos seus aduladores e conselheiros e cúmplices de suas infâmias. (HERODIANO. **História do Império Romano Após Marco Aurélio II**, 10, 3)

Há, nos historiadores antigos, a preocupação em detectar a origem do tema ou do problema que irá abordar. Para Herodiano, a origem dos problemas que ele identifica no Império, no III século d.C. quando produz sua obra, se inicia após a morte de Marco e com o governo de Cômodo. Por isso, este governo marca o início de sua narrativa. Como contraponto ao Bom Imperador, Herodiano constrói o perfil de Cômodo, cujos vícios ressaltados permitem chamá-lo de tirano.

Seguindo uma cronologia baseada na sucessão dos imperadores, Herodiano preocupa-se mais em fornecer elementos para a reflexão política sobre o período narrado e sobre as questões relacionadas à conquista e à manutenção do poder pelos príncipes e os grupos que os apoiam ou a eles se opõem do que em especificar indubitavelmente o momento no qual os fatos ocorreram. Os fatos só se tornam compreensíveis, se dispostos de uma forma encadeada cronologicamente. Afirma Herodiano: “Minha intenção é relatar o que ocorreu em cada caso, ordenando os fatos cronologicamente e por governos” (HERODIANO. **História do Império Romano Após Marco Aurélio I**, 1, 6).

Isso porque é o encadeamento cronológico dos fatos relatados que garante à obra uma coerência lógica e uma ordem de entendimento fundamentais para que a mensagem da narrativa seja bem compreendida pelo público leitor e/ou ouvinte. A sucessão dos fatos fundamenta a sua inteligibilidade, isto é, o que ocorreu antes explica o que houve depois, do mesmo modo que o futuro confirma as previsões e os atos do passado e do presente. Para Herodiano, a ascensão de príncipes cada vez mais jovens comprometeu a autoridade dos governantes, visto que eles não estavam preparados para o governo do Império e se deixavam influenciar por todo tipo de gente:

Os Imperadores de idade mais avançada, por sua experiência nos assuntos públicos, com suma diligência mantiveram o controle sobre si mesmos e sobre seus súditos, mas os que eram muito

jovens, levando uma vida mais despreocupada, introduziram todo tipo de novidades; por isso, como é natural, a diferença de idade e de autoridade se traduziu em atuações diferentes. (HERODIANO.

História do Império Romano Após Marco Aurélio I, 1, 6)

Herodiano identifica no governo de Otávio uma mudança nos rumos políticos do Império. Enfatiza em sua obra que a natureza do poder havia se transformado:

Acredito que não desagradará aos leitores posteriores o conhecimento de um tão grande número de importantes acontecimentos concentrados em um tão curto espaço de tempo. Em todo caso se alguém passasse em revista todo o período que vai de Augusto, quando o regime romano se transformou em poder pessoal, até os tempos de Marco, não encontraria nestes cerca de duzentos anos nem tão contínuas alternâncias no poder imperial, nem tantas mudanças de sorte em guerras civis e exteriores, nem comoções nos povos das províncias e conquistas de cidades (...), nem movimentos sísmicos e pestes, nem finalmente vidas de tiranos e Imperadores tão incríveis que antes eram raras ou nem sequer eram recordadas. (HERODIANO. **História do Império Romano Após Marco Aurélio I, 1, 3-4)**

Exercício de poder e conquista de autoridade se mesclam em seu relato:

Destes Imperadores, uns mantiveram sua autoridade durante bastante tempo enquanto para outros o poder foi passageiro; alguns, procurando somente o poder do título e da glória efêmera, rapidamente foram derrotados. Durante um período de sessenta anos, o Império Romano esteve em mãos de mais senhores do que o tempo exigia, e produziu um enorme número de situações cambiantes e surpreendentes. (HERODIANO. **História do Império Romano Após Marco Aurélio I, 1, 5)**

São essas palavras que mais fortemente justificam a produção de sua narrativa. Argumentos muito semelhantes são arrolados por Dion Cássio na obra **História Romana**. Relendo-a, demo-nos conta de sua riqueza no que se refere à gestação de uma nova forma de governo por Otávio, encarado como um articulador mais propício que Júlio César no seu relacionamento

com os estratos senatoriais, e da necessidade de nos debruçarmos sobre o pensamento diôneo, expresso na obra lacunar que nos chegou, no que se refere aos governos e sucessões do Principado.

O período de vida de Dion Cássio Cocceiano se estendeu, provavelmente, de 150 a 235 d.C. Era filho do governador da Cilícia e foi feito governador de Pérgamo e Smyrna, cônsul em 220 d.C., procônsul na África, governador da Dalmácia e da Panônia e cônsul novamente em 229 d.C., como o próprio Dion indica na sua obra. Assim, vê-se como foi um homem acostumado a cargos importantes e capazes de fazerem a ponte entre a capital e os provinciais. Acreditamos que essa experiência se refletiu em sua obra. Ela nos chegou por meio de onze manuscritos produzidos no século XI, que copiavam extensas e diversas partes de sua narrativa. A maior parte do texto que compõe a obra diônea foi recuperada dos epítomes dos bizantinos João Xiphilino, monge copista em Constantinopla, e Zonaras, secretário do imperador Alexis I e monge copista do Mosteiro de Athos. Pelos fragmentos dos primeiros livros, percebe-se que a narrativa começa com a chegada de Eneias à Península Itálica, prolonga-se para a descrição do sistema de Realeza e se estende até as primeiras conquistas territoriais romanas. Dion chega a citar diretamente Plutarco, para falar de Pirro (DION CÁSSIO. **História Romana** IX, 8, 2).

Uma das riquezas da narrativa diônea é a adaptação dos conceitos romanos que Dion tem que fazer para escrever sua obra em grego. Ele percebe, por exemplo, que a *auctoritas* (descrita a partir do conceito de *dinamis* em grego) se converteu numa das mais importantes virtudes a ser exercida no governo de Otávio. Ela definia a legitimidade e o poder do governante. Ao determinar que o Senado deveria se reunir ao seu chamado num dia no qual costumeiramente seus membros não se encontravam, Dion reforça que tal ação senatorial só se efetivou devido à *auctoritas* de Otávio. E afirma:

Devido à amplitude do termo auctoritas (dinamis), (...) é impossível traduzi-lo em grego com uma única palavra que lhe atribua todo o significado. Quando os senadores se reúnem num lugar diferente do habitual, ou em um dia diverso do que foi preestabelecido, sem uma convocação legal, (...) obtiveram de Augusto o direito de poderem fazê-lo. (DION CÁSSIO. História Romana LV, 3, 5)

Assim, Otávio tinha a autoridade previamente aceita de reunir o Senado quando precisasse, pois tinha *dínamis/auctoritas*, a capacidade de bem agir e de levar os outros à ação. É mais que persuasão, pois se converte na possibilidade de agir individualmente em prol da comunidade, já que advém da mutualidade, da reciprocidade, da troca de interesses, que garantiriam influência e prestígio. Não se adquire por herança ou por pressão familiar, visto que é uma virtude individual a ser conquistada no trato social – como Tibério, sucessor de Otávio, perceberia após sua ascensão ao poder. *Auctoritas* não é um bem conquistado para sempre, mas necessita ser constantemente readquirida e validada, já que o *auctor*, ou seja, o que possui autoridade precisa expressá-la constantemente, visto que ele é, antes de tudo, um garantidor da estabilidade (GALINSKY, 1998, p.15). Enquanto o conceito de autoridade é indicado pelo termo *dínamis*, Tibério tem seu bom nascimento numa família patrícia indicado pelo uso do termo *eupátrida* (DION CÁSSIO. **História Romana** LVII, 1, 1).

Interessante notar como Dion percebe o governo de Otávio – chamado, nessas primeiras passagens, de César, por não ter recebido ainda o título de Augusto (Dion vai começar a descrever no livro LV os fatos ocorridos em 29 a.C., e Otávio só recebeu o título em 27 a.C.) – como um recomeço, visto concentrar-se o poder nas mãos de um só indivíduo, descrito em grego como uma *monarchía*, ou seja, poder (*arché*) nas mãos de um só (*mono*). Já o período régio é apontado em grego como uma *Basileia*, momento no qual havia um *Basileus/Rex* no comando. Desse modo, verificamos como Dion aponta que o governo autocrático de Otávio não é uma retomada da Realeza, pois se converte num outro tipo de disposição de forças políticas. E é no livro LII que se dá no relato diôneo o famoso debate Agripa-Mecenas, no qual Agripa defende a retomada da democracia, que se converteria na formação de uma república senatorial (Dion usa o termo democracia cada vez que quer se referir à forma de governo republicano), enquanto Mecenas se posiciona favorável à concentração do poder nas mãos do príncipe. Ressaltemos uma pequena parte da argumentação de Mecenas:

Não pense que eu te aconselho a instaurar uma tirania e de tornar escravos o povo e o Senado; (...) quero é que tu legisles sobre todas as questões mais importantes em colaboração com os melhores homens. (...) Que tu mantendas o controle dos conflitos de acordo

com as decisões tomadas em conjunto com os teus conselheiros e que todos os outros cidadãos obedeçam instantaneamente às tuas ordens. Que tu controles a escolha dos magistrados e que sejas tu a fixar os prêmios e as punições (...). Que todo resultado seja mérito da tua virtude (...). (DION CÁSSIO. **História Romana** LII, 15, 1-3)

Segundo Dion, após ouvir os dois longos discursos, Otávio preferiu os conselhos de Mecenas. No entanto:

César não começou a colocar rapidamente em ação todas as sugestões que lhe foram apresentadas, pois temia incorrer em erros, se tivesse pretendido impor uma transformação rápida e improvisada no estilo de vida da comunidade. Então, introduziu algumas reformas mais rapidamente, outras num segundo momento, enquanto outras, deixou para que seus sucessores as empreendessem. (...) Assim, assumiu o prenome de imperator. Não me refiro ao título que, tomando por base a antiga constituição, era concedido a alguns comandantes que conseguiam as vitórias militares (...), mas tornou-o o título que designava o possuidor do poder (kratos) (...). (DION CÁSSIO. **História Romana** LII, 41, 3)

Percebe-se como, no pensamento diôneo (e na narrativa de Herodiano), a concessão de poder a Otávio cria uma nova forma política, que ele denomina de monarquia pelo poder concentrado nas mãos de um só homem. Porém, não se trata da Basileia, conhecida pelos romanos na época da Realeza, nem do estabelecimento de uma Tirania, pois seu poder vinha de sua *auctoritas*, reconhecida pelos senadores e pelo povo romano. Com o poder nas mãos de Otávio se restabelece a reciprocidade, se refunda um tempo de concórdia, no qual os conflitos são contidos pela concessão de prêmios e punições de acordo com a virtude e a clemência do soberano.

Já a passagem do poder de Marco Aurélio para Cômodo gerou a necessidade de se refazerem os laços de patronato e *amicitia*. Marco é descrito como um homem corporeamente frágil, devido ao tempo que aplicou aos estudos (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXII, 36, 2), enquanto Cômodo seria um rapazote ingênuo de dezenove anos no momento da ascensão, não naturalmente perverso, mas que se tornou escravo de suas companhias, desenvolvendo hábitos cruéis (DION CÁSSIO. **História Romana**

LXXIII, 1, 1). Alguém que se deixou corromper pelas más companhias, demonstrando fraqueza de caráter. Segundo Dion, Marco havia percebido tal fato previamente e por isso havia deixado em torno do filho os melhores homens do Senado. Mas Cômodo rejeitou todos os conselhos e sugestões dadas por esses bons homens (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 1, 2). Enquanto Marco tinha um corpo frágil, Cômodo apresentava um problema maior para a condução dos negócios públicos: uma natureza e um caráter frágeis, moldáveis pelos piores. Adorava os confortos da cidade (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 2, 2), como as corridas de carros no Circo (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 10, 2) e os combates entre gladiadores e destes com feras no Anfiteatro (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 10, 3). Tais gostos aumentavam sua inexperiência e sua indolência, na opinião diônea (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 10, 2): “Cômodo era culpado de façanhas indecorosas e matou um grande número de pessoas” (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 4, 1). Dion não se preocupa com os múltiplos gladiadores que o imperador derrotou e matou na arena, mas com os senadores e equestres que pereceram por ordem do príncipe, inseguro em seu cargo.

Como Herodiano, Dion ressalta a juventude do príncipe como um dos motivos que concorreram para seu mau governo e enfatiza que tudo que narra a respeito do governo de Cômodo partiu de sua observação, e não de relatos alheios (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 4, 2). O período comodiano gerou desequilíbrio na ótica diônea, pois muitas propriedades mudaram de mãos e muitos homens importantes foram mortos. Para garantir relevo a tais fatos, Dion afirma:

*Eu tornaria minha narrativa muito tediosa se eu resolvesse detalhar todas as pessoas que foram mortas por Cômodo (...) ou por falsas acusações, ou por suspeitas injustificáveis, ou por deter riquezas excessivas, família extremamente distinta, conhecimento incomum ou algum outro motivo de excelência. (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 7, 3)*

Nessa passagem, percebe-se como tudo o que saía do ordinário, do comum, captava a atenção do príncipe, que, inseguro com seu poder e pouco preparado para exercê-lo, acabava por suprimir o que gerava inveja e punha sua autoridade em risco. Ansioso por conquistar os súditos, Cômodo emulou Hércules (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 7, 2) e se

lançou em alguns empreendimentos bélicos em regiões próximas da Dácia – batalhas nas quais sobressaíram Albino e Nigro que, mais tarde, enfrentariam Septímio, que ascendeu a cônsul nesse mesmo período, pelo comando imperial (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 8, 1). Cercou-se de libertos e gladiadores, o que afastou ainda mais a estima dos senadores (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 10, 2).

Em dois dias de Jogos no Anfiteatro, matou com as próprias mãos, sob as vistas de Dion, cinco hipopótamos, dois elefantes, rinocerontes e um camelo (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 10, 3). Sua intemperança e desregramento permitiram que ele mesmo conduzisse trinta carros no espaço de duas horas no Circo (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 16, 1). Promoveu Jogos no seu aniversário e, só no primeiro dia, matou cem ursos (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 17, 4), numa festividade que se estendeu por 14 dias. Cercou-se de concubinas e gastou muito dinheiro do *aerarium* público na construção de casas, termas (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 12, 5) e na distribuição de moedas para a plebe – entre cem e quarenta denários por cidadão (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 16, 2). Para voltar a encher o cofre, ordenou que todos os senadores, suas esposas e filhos contribuíssem (cada um) com duas moedas de ouro todos os anos, em seu aniversário, e que os decuriões de todas as cidades do Império o presentassem com cinco moedas de prata (dracmas) na mesma ocasião (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 16, 3). De igual maneira, passou a receber um milhão de sestércios por dia quando lutava no Anfiteatro (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 19, 4), observado por senadores e cavaleiros (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 20, 2).

Seu despreparo para o governo se exprimia também em suas roupas. Ora vestia-se como gladiador, ora ostentava uma espécie de vestido púrpura com fios de ouro, à moda grega, com uma coroa de ouro e pedras preciosas vinda da Índia, ora se mostrava como um novo Hércules, possuidor de uma pele de leão e uma clava (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 17, 4) – imagem esta divulgada em inúmeras estátuas (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 15, 6). Sugeriu mudar o nome da capital para Comodiana (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 15, 2) e ostentava uma excessiva lista de títulos:

Ao Senado, mandou mensagens iniciadas da seguinte forma: O Imperador César Lucius Aelius Aurelius Commodus Augustus Pius

Felix Sarmaticus Germanicus Maximus Britannicus, Pacificador de todo o mundo, Invencível, Hércules Romano, Pontífex Maximus, possuidor da Tribúncia Potestas por 18 vezes, aclamado Imperador 8 vezes, Cônsul 17 vezes, Pai da Pátria, para os Cônsules, Pretores, Tribunos e o afortunado Senado Comodiano, saudações. (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 15, 5)

Num único dia, ordenou a morte de 200 pessoas só em Roma, permitindo a Dion compará-lo a Domiciano (DION CÁSSIO. **História Romana** 14, 4), seu exemplo mais bem elaborado de um tirano no poder. Para justificar tantas mortes, divulgou a ocorrência de uma pestilência na capital (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 15, 1).

A chegada de dois homens à corte de Cômodo mudaram essa situação: Aemilius Laetus, escolhido prefeito do Pretório, e Eclectus, que assumiu a função de *cubicularius*, tendo acesso direto ao quarto do príncipe e às suas roupas. Junto com Márcia, esposa do imperador, formaram um complotô contra ele no interior do próprio Palácio. Dion dá pouco espaço para as conspirações de Perênio, Cleandro e mesmo de Leto, pois a eliminação do governante gerou uma instabilidade ainda maior, e o discurso diôneo é favorável à ordem e ao equilíbrio. Márcia tentou administrar veneno em sua comida, mas Cômodo acabou vomitando devido à sua imoderação no consumo de vinho e na utilização de banhos. Então, os três conspiradores convenceram um atleta, Narcissus, a estrangular Cômodo no banho. Após um governo de 12 anos, 9 meses e 14 dias, com a idade de 31 anos e 4 meses, morria Cômodo e se encerrava “a genuína linhagem dos Aurélios” (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 22, 3-6). E para preocupação de Dion, ocorreram após o passamento as “mais violentas guerras e contendas civis” (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 23, 1).

Acreditamos que dois vetores analíticos principais devam balizar a análise da obra diônea: a descrição dos processos de sucessão imperial, pois, a nosso ver, são momentos privilegiados na narrativa para se perceberem os mecanismos que garantiam o poder em Roma, e os dados concernentes à relação dos príncipes com os senadores, com os soldados e com os membros das elites provinciais. Dion é, antes de tudo, um membro do Senado e é deste *locus* que ele produz o seu discurso. Em múltiplos momentos da narrativa, ele ressalta sua posição senatorial, como, por exemplo, quando descreve sua presença num banquete promovido por Septímio

para os senadores, por ocasião de seus Jogos Decenais: “E nós participamos juntos de um banquete, em parte real em parte com um estilo bárbaro, no qual foram servidos não somente todas as costumeiras carnes cozidas, mas também carne crua e diversos animais ainda vivos” (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXVII, 1, 3).

Há atualmente uma ampla tendência historiográfica a se enfatizar a importância da relação dos príncipes com as elites provinciais, já que estas tiveram papel fundamental na construção de um consenso mínimo que permitiu a manutenção da estrutura territorial imperial por tantos séculos. Referimo-nos, por exemplo, às obras **Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire** (2005), de Richard Hingley, e **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire** (2000), de Clifford Ando, nas quais os autores enfatizam a importância da relação dos soberanos com os membros das elites provinciais.

Diversos pesquisadores têm-se debruçado especificamente sobre a inserção da elite de fala grega, como é o caso de Dion Cássio, no seio imperial. A leitura de suas obras tem-nos feito repensar a noção de “Segunda Sofística”, cunhada a partir de um excerto da obra de Filostrato, **Vidas dos Sofistas**. Simon Swain, em sua obra **Hellenism and Empire**, chega a gerar o termo “greicidade” (*Greekness*) (SWAIN, 1996, p.28) para explicar a reconstituição da koiné e a adoção de um aticismo, construído de forma quase artificial, feita nos séculos II e III de nossa era, por alguns autores que escreveram em grego, como é o caso diôneo. Tom Whitmarsh, no livro **Greek Literature and the Roman Empire: the Politics of Imitation** (2001), retoma o pensamento de Swain de forma crítica, tentando demonstrar como a utilização de cânones culturais gregos serviu para demonstrar como os romanos conseguiam superar os modelos helênicos (WHITMARSH, 2001, p.23).

Clifford Ando já havia defendido em sua obra, fruto de sua tese de doutorado, a possibilidade de criação de um consenso com o apoio dos grupos provinciais – ou, ao menos, a necessidade de reafirmação da necessidade de um consenso mínimo, capaz de garantir a estabilidade e a abundância, frente a frequentes conflitos. Por isso, os momentos de sucessão parecem-nos tão importantes, visto que neles reafirmam-se relações de patronato e de *amicitia*, pois o poder do príncipe é, antes de mais nada, o poder de um magistrado, aceito por diversos grupos sociais, justificado por

suas virtudes e pelo apoio das divindades (uma das premissas desta pesquisa que tentaremos reelaborar pela releitura da obra diônea). Obras basilares têm sido produzidas a partir dessa noção de consenso e/ou de procura de concórdia entre os estratos sociais. Dentre elas, destacamos **Consensus, Concordia and the Formation of Roman Imperial Ideology** (2008) de John Alexander Lobur; **Roman Imperialism and Local Identities** (2009) de Louise Revell; e **Roman Imperialism and Civic Patronage** (2011) de Brenda Longfellow. Este último, um primor de trabalho com os complexos de fontes monumentais erguidos em Roma e nas províncias, demonstrando pelas epígrafes e pelos vestígios arqueológicos a ligação dos príncipes com os patronos locais.

Falar de províncias não é apenas se referir aos patronos e decuriões, mas também às plebes cidadinas e aos elementos armados, estacionados ou de passagem pelas cidades. É muito instigante o conceito de “poder potencial” da plebe formulado por Henrik Mouritsen em sua obra **Plebs and Politics in the Late Roman Republic** (2001). Apesar de o autor estar refletindo sobre as crises do regime republicano de governo, o termo “poder potencial” da plebe parece-nos bastante adequado para repensar a relação do príncipe com os membros deste estrato social no Alto Império romano, a partir das informações coletadas na obra de Dion Cássio. De igual forma, uma figura que tem suscitado poucos estudos, mas que nos parece fundamental na relação do imperador com os senadores e com os provinciais, é o cargo de governador de Província, mediador da relação centro e periferias. Para tanto, têm-nos sido de grande valia as ideias de Daniëlle Slotjes, dispostas em sua obra **The Governor and his Subjects in the Later Roman Empire** (2006). A obra proporciona elementos para se pensar a figura do governador enquanto administrador, divulgador cultural dos cânones latinos, juiz, benfeitor e alvo de denúncias de corrupção.

Na obra **Empire of Honour** (1997), J. E. Lendon suscita a questão de como os homens passam a ter e a desenvolver autoridade (LENDON, 1997, p.3). A *auctoritas*, no sentido latino, deve ser conquistada por ações que, por sua vez, devem ser vistas como dignas e adequadas. Não se herda autoridade. E o poder, para se manter por mais tempo, deve ser associado à conquista da autoridade. É esse processo de conquista, construção e manutenção de autoridade por parte dos soberanos que queremos identificar no relato diôneo. O que Lendon denomina de honra, na realidade, é uma combinação de várias atitudes, valores, insígnias, cargos, que possibilitam a

demonstração pública de dignidade, que vai se convertendo em autoridade, isto é, na possibilidade de ter suas ordens atendidas. Outros autores, além de Lendon, têm-se dedicado a estudar a formação da autoridade, como Carlin A. Barton, na obra **Roman Honor** (2001); Sarolta A. Takács, no livro **The Construction of Authority in Ancient Rome and Byzantium** (2009); David Potter, na obra **Prophets and Emperors: Human and Divine Authority from Augustus to Theodosius** (1994); Inge Mennen, na obra **Power and Status in the Roman Empire** (2011); e Geoffrey S. Sumi, no livro **Ceremony and Power: Performing Politics in Rome between Republic and Empire** (2008). Todos eles ressaltam o caráter performático e carismático do poder do príncipe, que precisa divulgar suas virtudes por meio dos mais diversos suportes existentes e que necessita encarnar a imagem de tudo aquilo que é necessário para a manutenção da abundância no interior do Império, buscando agradar e conseguir o apoio dos mais diversos estratos sociais.

Como nos lembra Paul Veyne, no capítulo 1, intitulado “O que era um Imperador Romano?”, do livro **L’Empire Gréco-Romain**, o príncipe exercia um cargo de alto risco, pois ocupava o poder não como proprietário, mas como mandatário da coletividade e era por esta encarregado de dirigir a República. O poder imperial seria, portanto, uma delegação, uma missão confiada a um indivíduo pretensamente escolhido ou aceito pelo povo romano. Assim, a sucessão de Césares seria, em tese, uma cadeia perpétua de delegações. Um imperador não sucederia o outro por herança de maneira automática, mas em seu cargo, em cuja posse era explicitamente investido, pois jamais se conseguiu estabelecer uma regra automática de ascensão, a partir de um consenso e da promessa de manutenção de paz, prosperidade e unidade (VEYNE, 2005, p.15-17).

Desse modo, os herdeiros de Otávio contavam apenas com a vinculação ora à família Júlia, ora a *gens* Cláudia, de Lívيا, para se mostrarem como capazes de manter a situação de paz e prosperidade, que seriam atributos fundamentais da magistratura imperial. Somente com a instituição da *Lex Vespasiani de Imperium* criou-se um formato jurídico e de atribuição de cargos e títulos específicos para se garantir o acesso ao poder. Os primeiros herdeiros buscaram se apresentar como continuadores da obra otaviana sem contar com caminhos sucessórios delineados previamente.

Como nos lembra Karl Galinsky, no seu livro **Augustan Culture**, não se adquire autoridade para governar por herança ou por pressão fami-

liar, visto que é uma virtude individual a ser conquistada no trato social – como Tibério, primeiro sucessor de Otávio, perceberia após sua ascensão ao poder. A *auctoritas* não é um bem conquistado para sempre, mas necessita ser constantemente readquirida e validada, já que o *auctor*, ou seja, o que possui autoridade, precisa expressá-la constantemente, visto que ele é, antes de tudo, um garantidor da estabilidade, da ordem capaz de trazer abundância (GALINSKY, 1998, p.15).

Por exemplo, ao relatar os governos de Calígula (volume 6, livro LIX) e de Nero (volume 6, livros LXI, LXII e LXIII), Dion mostra que todas as suas ações indicam um grau de *mania*, ou seja, o fato de o homem não ser mestre de si, não se autocontrolar, não se autodirigir. Como nos relembra Paul Veyne, um homem que não é senhor de si jamais poderia governar de forma adequada seus súditos, segundo a moral aristocrática romana (VEYNE, 1988, p.13). Nero é ainda descrito como capaz de perpetrar ações que geravam o risível (*geloia*) (DION CÁSSIO. **História Romana** 62, 29, 1), o que também pode ser encarado como uma manifestação de *mania*.

Como afirma Martin Hose (2007, p.464) no artigo “Cassius Dio: A Senator and Historian in the Age of Anxiety”, parte integrante do livro **A Companion to Greek and Roman Historiography**, editado por John Marincola (2007, p.461-467), Dion viu-se confrontado por um problema na composição interna de seu trabalho no III século d.C.: prévios paradigmas de interpretação da história romana tornaram-se impraticáveis depois das guerras civis, que se estenderam de 193 a 197 d.C. Após a violência ocorrida, ele percebeu que as ações humanas eram impulsionadas pela avareza, pela ambição e pelo medo. Para Dion, os conflitos eram explicáveis como expressões do poder político. Assim, parte-se do pressuposto de que todo o relato diôneo busca entender o seu próprio momento político. Ele retorna ao passado para perceber a perda de poder dos senadores e a criação de um tipo de poder autocrático que não está conseguindo garantir a abundância e a estabilidade.

Na obra, Dion explica por que resolveu produzi-la. Ele teria sido inspirado por sonhos para escrevê-la. Após o assassinato de Pertinax, escreveu um panfleto descrevendo os sonhos e os prodígios que precederam a tomada do poder por Septímio Severo. A obra chamou-se **Sobre os Sonhos e Presságios** e foi dedicada ao próprio imperador, para quem enviou uma cópia de presente em 193 d.C., dizendo ter sido inspirado pela Fortuna para escrevê-la. Vários dos *omina imperii* e *omina mortis* encontrados na obra

de Dion vieram desta obra inicial dedicada ao novo imperador. Interessante notar que, enquanto sua cidade natal Nicéia, na Bitínia (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXVI, 15, 3), apoiava Pescênio Nigro, um de seus filhos mais importantes e ricos (que era Dion Cássio) escrevia uma obra defendendo o nome de Septímio Severo para assumir o comando imperial. Septímio agradeceu a cópia com uma longa carta de próprio punho. Dion ficou tão emocionado com a resposta do príncipe que, na mesma noite em que recebeu a carta, teve um sonho no qual um poder divino lhe ordenava escrever uma obra de História. Decidiu, então, contar a História das Guerras Civis que se seguiram ao assassinato de Cômodo. Chamou-a de **Guerras Civis** e novamente dedicou-a ao imperador, entregando-a em 197 d.C. (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIII, 23, 1-5). O sucesso da obra o teria incentivado a escrever uma História de Roma, de seus primórdios até o governo de Septímio, usando estas duas obras iniciais.

Dion estava decidido a parar sua narrativa com a morte de Septímio, mas, após a morte de Caracala, filho e sucessor deste príncipe, teve outro sonho. Nele, via todo o exército romano colocado sobre uma grande planície. O imperador estava de pé, sobre um palanque, falando às tropas. Quando viu Dion próximo a ele, tentando ouvir o que dizia às legiões, Septímio virou-se e falou: “Chegue mais perto, Dion, para que você possa ouvir com cuidado tudo o que está sendo dito e ver o que está sendo feito, e escreva sobre isso” (DION CÁSSIO. **História Romana** LXXIX, 10, 1-3). Dion interpretou esse sonho como a vontade de Septímio de que continuasse escrevendo a História de Roma, mesmo após a sua morte. E foi exatamente o que fez (BIRLEY, 1971, p. 289; BARNES, 1984, p. 245; FREYBURGER-GALLAND, 1997, p. 13).

A obra mais conhecida sobre Dion Cássio e seus escritos é **A Study of Cassius Dio** (1964) de Fergus Millar. Nela, o autor analisa a composição da narrativa, mas se prende basicamente à análise dos livros que nos chegaram mais completos, ignorando os fragmentos. Autores mais contemporâneos têm proposto novas formas de análise da narrativa diônea, como na obra **Severan Culture** (2007), editada por Simon Swain, Stephen Harrison e Jás Elsner, a qual possui vários artigos dedicados à narrativa de Dion Cássio.

Todo poder estabelecido, para ter uma maior duração, necessita desenvolver cânones de autoridade, baseados na expressão de mecanismos que garantam que uma ordem proferida seja implementada. Assim, na obra diônea, pela análise da descrição dos processos de sucessão imperial,

podemos perceber como as relações entre as forças sociais de apoio e de oposição aos príncipes se estabelecem e se integram no cenário político. Pela análise das relações de patronato e de *amicitia*, desenvolvidas principalmente entre príncipes e senadores e príncipes e membros das elites provinciais, pode-se notar como cada ascensão ao poder é marcada pelo redirecionamento das forças políticas.

Dion Cássio reflete, em sua obra, um ideário senatorial que garante aos membros do Conselho posição de destaque no governo ao lado dos soberanos. Entretanto, o autor demonstra, em várias passagens, perceber certo esvaziamento compulsório do poder senatorial frente ao avanço das posturas autocráticas dos príncipes, o que, para ele, teria auxiliado na crise pela qual os governos severianos estavam passando. Os autores antigos tinham noção de que o ato de se exercer o poder podia ser comparado a uma forma de teatro. Dion Cássio, numa passagem de sua obra **História Romana**, afirma: “(Governante): Vives como numa espécie de teatro, cujos espectadores são todos os habitantes do Império e não te será possível esconder nem o menor erro” (DION CÁSSIO. **História Romana** LII, 34, 2). Para Dion, “muitas vezes a Fortuna restabelecia em muito pouco tempo aos que haviam fracassado” (DION CÁSSIO. **História Romana** XLII, 1, 1). O poder é encarado como uma gangorra, na qual quem está por baixo pode, pela ação da Fortuna, se restabelecer no alto, em pouco tempo, e vice-versa. E o grande erro de Júlio César teria sido acreditar que só a ação dos soldados e a ambição pelo dinheiro seriam capazes de “produzir, proteger e aumentar o poder” (DION CÁSSIO. **História Romana** XLII, 49, 4-5). Como senador, Dion reflete sobre o real poder de ação de seus companheiros, percebendo que um poder baseado apenas na riqueza e na força militar não se estabeleceria por muito tempo. Afirma Dion:

César, com efeito, não ganhou o ódio de forma injustificada, pois foram os próprios senadores que haviam animado suas novas e excessivas honras e o haviam feito vaidoso aqueles mesmos que depois o censuraram pelos mesmos atos e difundiram rumores sobre o prazer com que as havia recebido e de como altivamente se comportava desde lhe haviam outorgado tantas honras. (DION CÁSSIO. **História Romana** XLIV, 3, 1)

Dion mostra-se, em sua obra, favorável a um poder centralizado, pois, para ele: “não é próprio da maioria conseguir a virtude” (DION CÁSSIO.

História Romana XLIV, 2, 2). Mas tudo se resumia a quem detinha o poder de comando, ou seja, na forma da condução dos negócios públicos. Como bem diz Cesare Letta (1979, p.169), Dion soube tecer reflexões políticas a respeito da situação geral de seu tempo e buscou sugerir algumas opções de governo, nas quais a aristocracia senatorial ocuparia função relevante na reconstrução do Estado romano.

Segundo Dion Cássio:

A democracia tem um nome ilustre e parece proporcionar a todos certa igualdade de direitos a partir da igualdade perante a lei, mas nos fatos se põe de manifesto que não coincide em absoluto com seu nome. (...) Uma cidade que é tão grande e que governa a parte maior e mais importante do mundo habitado, e que tem poder sobre homens de muitas e diferentes raças e possui muitas e grandes riquezas, e que se lança a todo tipo de empreendimentos e tem êxito tanto individual quanto coletivamente, é impossível que pratique a moderação numa democracia e mais impossível ainda que se chegue ao acordo em que se pratique a moderação. De modo que, se Marco Bruto e Caio Cássio tivessem parado para pensar nisso, nunca teriam matado um líder e protetor da cidade, nem teriam se tornado culpados por muitas desgraças para si mesmos e para os demais homens de então.
(DION CÁSSIO. **História Romana** XLIV, 2, 4-5)

Sendo assim, percebe-se como, no pensamento idôneo, o assassinato de um líder acaba por trazer maiores desgraças do que a sua manutenção no poder, ao abrir espaço para a eclosão de guerras internas, como no caso de Cômodo. E a guerra civil era o campo do incontrolável, do imprevisível, do improvável, por isso era tão perigosa, pois não se podia prever a quem a Fortuna iria agraciar. Parece-nos que fica claro, na obra idônea, que se deveria evitar a guerra civil, pela manutenção preferencial e ideal no poder de homens clementes, capazes de manter a concórdia no seio da sociedade romana e na relação com as províncias. Só assim se conseguiria manter a abundância e evitar o caos social, como o vivido pelo próprio Dion durante as guerras civis de 193 a 197 d.C.

Na sua relação com o poder, autoridade e legitimidade estão entrelaçadas complexamente. A aceitação do poder passa a ser, por vezes, o critério central da autoridade, enquanto o sucesso serviria muitas vezes como

uma das fontes da legitimidade. A relação da legitimidade com a autoridade é indissociável, já que só quando os governantes possuem autoridade, no sentido de deter capacidade de elaboração de resoluções para os problemas surgidos, é que podem alcançar legitimidade, no sentido de o governo ser visto e aceito como justo e legítimo pelos governados. A autoridade conseguida pelo governante ajuda a legitimar o poder e o governo pelo próprio fato de que a capacidade para emitir comunicações, as quais podem ser elaboradas por razões convincentes, ajuda aqueles que as emitem a ser olhados como tendo o direito à posição governante que ocupam (FRIEDRICH, 1974, p.94-100).

A *auktoritas* imperial deveria ser sem igual na formação da monarquia como a descrita por Dion a partir do governo de Otávio. Somente o imperador deveria possuir tantas vitórias militares a comemorar; ninguém além dele deveria ter um *genius* tão invejável; nenhum outro poderia lhe fazer frente em ideias, ideais, valores e virtudes. Seus méritos deveriam ser capazes de manter a unidade, e sua liderança rememorada constantemente nas inscrições, estátuas e prédios públicos, além das moedas e festas. O poder fora redimensionado para garantir a paz e a prosperidade para Roma e as províncias, pela manutenção da segurança e da ordem. O imperador, na percepção severiana de Dion, é, antes de tudo, um “decididor”, para usar o termo cunhado por Fergus Millar (1992, p.207), aquele que sabe o que é melhor para a comunidade e que toma decisões em seu nome, visando à sua perpetuação.

COMMODUS AND THE DIFFICULT TASK TO REPLACE MARCUS AURELIUS: POWER AND LEGITIMACY

Abstract: *From an analysis of works **The Roman Empire History after Marcus Aurelius** of Herodian and **Roman History** of Cassius Dio, we propose to examine how these two authors presented the government of Commodus. In the Roman Empire, each sovereign who ascended to power was forced to redo the provincial agreements and the patronage and amicitia relations with senatorial and equestrian orders, with armed men and members of the plebs. Each Emperor had to restore order, ensure the abundance and gain authority. Even the rulers who succeeded considered good Emperors, like Marcus Aurelius, had to reorganize their political alliances in order to govern. We intend to demonstrate this by analyzing the government of Commodus, Marcus' son and inheritor.*

Keywords: *Roman Empire; power; Commodus; Marcus Aurelius; succession.*

Documentação escrita

CASSIO DIONE. **Storia Romana**. Trad. Alessandro Stroppa. Milano: BUR, 1998.

CASSIUS DIO. **Histoire Romaine**. Trad. Denis Roques. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

DION CASIO. **Historia Romana**. Trad. Domingo Plácido Suárez. Madrid: Gredos, 2004.

Dio's Roman History. Trad. Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. (The Loeb Classical Library)

ERODIANO. **Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio**. Trad. Filippo Cassola. Firenze: Sansoni, 1967.

HERODIANO. **Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio**. Trad. Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

HÉRODIEN. **Histoire de l'Empire Romain après Marc-Aurèle**. Trad. Denis Roques. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

Referências bibliográficas

ALCOCK, S. E.; D'ALTROY, T. N.; MORRISON, K. D.; SINOPOLI, C. M. **Empires**. Cambridge: University Press, 2001.

ALFOLDY, A. La Grande Crise du Monde Romain au III Siècle. **L'Antiquité Classique**, Bruxelles, v.7, p. 5-18, 1938.

ALFÖLDY, G. The Crisis of the Third Century as Seen by Contemporaries. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, Durham, v.15, p. 89-111, 1974.

ANDO, C. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire**. Berkeley: University of California Press, 2000.

BALANDIER, G. **O Poder em Cena**. Brasília: Edunb, 1980.

BARNES, T. D. The Composition of Cassius Dio's Roman History. **The Phoenix**, Toronto, v. 38, p. 240-255, 1984.

BARTON, C. A. **Roman Honor**. Berkeley: University of California Press, 2001.

BIRLEY, A. **Septimius Severus: The African Emperor**. London: Eyre and Spottiswoode, 1971.

_____. The Coups d'Etat of the Year 193. **Bouner Jahrbucher**. Bonn, v.169, p. 247-280, 1969b.

- _____. Septimius Severus, Propagator Imperii. *In: Actes du IX Congrès*.
BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOWERSOCK, G. W. Greek Intellectuals and the Imperial Cult in the Second Century A.D. *In: Le Culte des Souverains dans l'Empire Romain*. Genève: Fondation Hardt, 1973, t.19, p. 179-207.
- FREYBURGER-GALLAND, M. L. **Aspects du Vocabulaire Politique et Institutionnel de Dion Cassius**. Paris: E. de Boccard, 1997.
- FRIEDRICH, C. J. **Tradição e Autoridade em Ciência Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- GABBA, E. Sulla Storia Romana di Cassio Dione. **Rivista Storica Italiana**, Napoli, v. 67, n. 3, p. 289-381, 1955.
- _____. Storici Greci dell'Impero Romano da Augusto ai Severi. **Rivista Storica Italiana**, Napoli, v. 71, n. 3, p. 361-381, 1959.
- GALINSKY, K. **Augustan Culture**. Princeton: University Press, 1998.
- GARNSEY, P.; SALLER, R. **The Roman Empire**. London: Duckworth, 1987.
- HINGLEY, R. **Globalizing Roman Culture**. London: Routledge, 2005.
- _____. **O Imperialismo Romano**. São Paulo: Annablume, 2010.
- HORSFALL, N. The Cultural Horizons of the Plebs Romana. **Memoirs of the American Academy in Rome**, Rome, v. 41, p. 101-117, 1996.
- HOSE, M. Cassius Dio: A Senator and Historian in the Age of Anxiety. *In: MARINCOLA, J. (Ed.) A Companion to Greek and Roman Historiography*. London: Blackwell, 2007, p. 461-467.
- JACQUES, F.; SCHEID, J. **Rome et l'Intégration de l'Empire**. Paris: PUF, 1990.
- JOHNSON, T.; DANDEKER, Ch. Patronage: Relation and System. *In: WALLACE-HADRILL, A. (Ed.) Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1990, p. 219- 238.
- LONDON, J. E. **Empire of Honour**. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- LETTA, C. La Composizione dell'Opera di Cassio Dione. *In: Ricerche di Storiografia Greca di Età Romana*. Pisa: Giardini, 1979, p.117-189.
- LOBUR, J. A. **Consensus, Concórdia and the Formation of Roman Imperial Ideology**. London: Routledge, 2008.
- LONGFELLOW, B. **Roman Imperialism and Civic Patronage**. Cambridge: University Press, 2011.

- MARINCOLA, J. (Ed.) **A Companion to Greek and Roman Historiography**. London: Blackwell, 2007.
- _____. (Ed.) **Greek and Roman Historiography**. Oxford: University Press, 2011.
- MAZZA, M. **Lotte Sociali e Restaurazione Autoritaria nel III Secolo d.C.** Catania: Università, 1970.
- MENNEN, I. **Power and Status in the Roman Empire**. Leiden: Brill, 2011.
- MILLAR, F. **The Emperor in the Roman World**. London: Duckworth, 1992.
- _____. **A Study of Cassius Dio**. Oxford: Clarendon Press, 1964.
- _____. The Emperor, the Senate and the Provinces. **Journal of Roman Studies**, London, v. 56, p. 156-166, 1966.
- MOURITSEN, H. **Plebs and Politics in the Late Roman Republic**. Cambridge: University Press, 2001.
- NEWBOLD, R. F. Cassius Dio and the Games. **L'Antiquité Classique**, Bruxelles, v. 44, p. 589-604, 1975.
- POTTER, D. **Prophets and Emperors**. London: Harvard University Press, 1994.
- POWELL, J. Friendship and its Problems in Greek and Roman Thought. *In*: **Ethics and Rhetoric**. Oxford: Clarendon Press, 1995, p. 31-45.
- REVELL, L. **Roman Imperialism and Local Identities**. Cambridge: University Press, 2009.
- SALLER, R. P. **Personal Patronage under the Early Empire**. Cambridge: University Press, 1982.
- _____. Patronage and Friendship in Early Imperial Rome: Drawing the Distinction. *In*: WALLACE-HADRILL, A. (Ed.) **Patronage in Ancient Society**. London: Routledge, 1990, p. 49-62.
- _____. Promotion and Patronage in Equestrian Careers. **Journal of Roman Studies**, London, v. 70, p. 44-59, 1980.
- SLOOTJES, D. **The Governor and his Subjects in the Later Roman Empire**. Leiden: Brill, 2006.
- SUMI, G. S. **Ceremony and Power**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008.
- SWAN, P. M. **The Augustan Succession**. Oxford: University Press, 2004.
- SWAIN, S. **Hellenism and Empire**. Oxford: University Press, 1996.

_____ ; HARRISON, S.; ELSNER, J. **Severan Culture**. Cambridge: University Press, 2007.

SYME, R. The Senator as Historian. *In: Histoire et Historiens dans l'Antiquité*. Genève: Fondation Hardt, 1956, t. 4, p. 187-201.

_____. **The Roman Revolution**. Oxford: Clarendon Press, 1939.

TAKÁCS, S. A. **The Construction of Authority in Ancient Rome and Byzantium**. Cambridge: University Press, 2009.

TALBERT, R. J. A. **The Senate of Imperial Rome**. Princeton: University Press, 1984.

VEYNE, P. **L'Empire Gréco-Romain**. Paris: Seuil, 2005.

_____. O Indivíduo Atingido no Coração pelo Poder Público. *In: _____ et alli. Indivíduo e Poder*. Lisboa: Setenta, 1988, p. 9-23.

WALLACE-HADRILL, A. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge: University Press, 2008.

_____. Patronage in Roman Society: from Republic to Empire. *In: _____*. (Ed.) **Patronage in Ancient Society**. London: Routledge, 1990, p. 63-88.

WHITMARSH, T. **Greek Literature in the Roman Empire**. Oxford: University Press, 2001.

WINTERLING, A. **Politics and Society in Imperial Rome**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

YAVETZ, Z. **La Plèbe et le Prince**. Paris: Découverte, 1984.